

Procedimento de Apoio a Atividade Fim nº MPMG-0024.17.013722-8
Inquérito Civil nº MPMG-0641.10.000080-5

Nota Técnica n ° 41/2020

1. **Objeto:** Capela de Santo Antônio
2. **Município:** Ouro Preto – Distrito de Santo Antônio do Salto
3. **Objetivo:** Apurar estado de conservação e segurança da referida Capela, em consideração ao seu acervo móvel.
4. **Considerações preliminares:**

Na data de 10 de agosto de 2009, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto encaminhou ofício à esta Coordenadoria (em resposta ao ofício nº 1594, de 23 de julho de 2009) informando sobre o estado de conservação da Capela de Santo Antônio, bem como se havia no templo bens móveis e integrados de valor cultural, se estavam inventariados, se havia sistema de prevenção contra incêndio/pânico e contra furtos. De acordo com o documento, a Capela foi destruída no ano de 2003, após intervenção. Conforme relatos verbais de membros da comunidade, a edificação original datava dos anos de 1930 não havendo referências de sua tipologia. O acervo teve seu inventário elaborado no ano de 2008, pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, e se encontrava praticamente no mesmo estado de conservação naquele ano, segundo informado.

A edificação foi vistoriada pelo Conselho de Patrimônio local, em 05/08/2009, ocasião em que não possuía nenhum tipo de equipamento de segurança, prevenção de incêndio ou de descargas atmosféricas. Apenas uma porta possuía cadeados, a lateral esquerda, usada como principal acesso ao corpo da nave. Quanto as imagens, se encontravam expostas: Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, um crucifixo e Senhor Morto. A imagem de Nossa Senhora da Guia, em roca, se encontrava no guarda roupa da sacristia e as demais imagens guardadas na Casa Paroquial (edificada em frente à Igreja), que também não possuía qualquer sistema de segurança. Anexo ao ofício foi encaminhada as fichas de inventário do acervo móvel da Capela, bem como seu levantamento fotográfico.

Na data de 21 de agosto de 2009, por intermédio do ofício nº1787/2009, esta Coordenadoria deu ciência à Promotoria de Justiça de Ouro Preto das diligências realizadas, sendo enviada cópia de toda a documentação reunida, bem como sugerindo reunião urgente com os responsáveis pela Capela, a fim de que fossem adotadas medidas de prevenção contra



incêndio e furtos no templo. Em 30 de julho, tomou-se conhecimento que a Promotoria de Justiça natural instaurou inquérito para acompanhar o caso.

Em 04 de setembro de 2009, o Padre José Eudes Campos do Nascimento, pároco da Igreja de Santa Efigênia, em Ouro Preto, compareceu à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ouro Preto, a fim de prestar esclarecimentos acerca da Capela de Santo Antônio do Salto. Primeiramente, declarou ser Pároco da Igreja há apenas 4 meses. Informou que a Capela de Santo Antônio do Salto faz parte da Paróquia de Santa Efigênia e que, de fato, não possuía até a data nenhum sistema de alarme contra furto ou incêndio, tampouco dispositivos aptos a prevenir descargas atmosféricas. De acordo com o Pároco, as igrejas de Ouro Preto estariam providenciando projeto de Prevenção de Combate de Incêndio e Pânico, no entanto, a Capela em questão não estava contemplada pela ação, e que a comunidade de fiéis de Santo Antônio do Salto não possuía condições de financiar a elaboração e implementação de tal projeto. Prontificou-se a providenciar a colocação de alarmes nas portas e janelas, e informou não ter conhecimento aprofundado acerca do acervo de peças sacras que estão guardadas na casa paroquial.

Em 16 de outubro de 2009, foi realizada audiência na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ouro Preto, com a presença do Pe. Luiz Carlos César Ferreira Carneiro, representante da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, o Pe. José Eudes Campos do Nascimento, representante da Paróquia de Santa Efigênia, a Sra. Ana Clara Gomes Lima Pinto, Procuradora do Museu Aleijadinho, e o Diácono Agostinho Barroso de Oliveira. Foi acordado na ocasião que a Paróquia de Santa Efigênia depositaria a imagem da Nossa Senhora da Guia junto ao Museu Aleijadinho, até que a Capela de Santo Antônio do Salto tivesse condições de segurança adequadas para acondicioná-la. Além disso, ficou ressalvada a possibilidade de o Museu receber as demais peças da Capela, em vista da necessidade de restauração. Houve anuência da ambas as partes. Afirmou-se que em oportunidade posterior os representantes da comunidade seriam informados da decisão.

Em 27 de janeiro de 2010 a 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto oficiou à 3ª Companhia de Bombeiros Militar para que fosse realizada vistoria na Igreja de Santo Antônio do Salto. Na data de 24 de fevereiro de 2010, foi realizada vistoria na Capela pelo Corpo de Bombeiros, em atendimento à solicitação do Promotor de Justiça. De acordo com o laudo, as irregularidades encontradas foram as que se seguem:

- Não foi apresentado Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado e liberado;
- Não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Escada do coro não possui dispositivo antiderrapante, sem devido corrimão e guarda



corpo, e as longarinas com espaçamento maior do que 15cm;

- Possuía apenas 1 extintor de PQS 6kg, que não se encontrava devidamente instalado e sem sinalização;
- Não foi possível vistoriar parte elétrica acima do forro de PVC, pois não havia alçapão.

Em 03 de novembro de 2011, foi realizada reunião na Promotoria de Justiça com o Padre José Eudes Campos do Nascimento. O Padre informou que foram instalados sistemas de segurança e foram executadas as obras de prevenção de incêndio, se colocando à disposição para enviar documentação comprobatória. Quanto a imagem de Nossa Senhora da Guia, informou que se encontra guardada no armário da Sacristia e solicitou apoio para realização de obras que possibilitassem a exposição da peça. O Promotor informou que solicitaria nova vistoria do Corpo de Bombeiros assim que a documentação comprobatória fosse encaminhada pelo Pároco. Após agendaria reunião com a Prefeitura Municipal para solicitar o auxílio pretendido pela Paróquia. A citada documentação foi remetida em 11 de novembro de 2011.

Na data de 21 de novembro de 2011 a Promotoria de Justiça de Ouro Preto solicitou à COPLI – Coordenadoria de Planejamento Institucional, que realizasse vistoria na Capela do Distrito de Santo Antônio do Salto. Em 08 de fevereiro de 2012, foi elaborada “Avaliação Técnica pelo Núcleo de Segurança”, no intuito de verificar possíveis pontos de vulnerabilidade nas instalações da capela. A avaliação também encontrou irregularidades, sendo recomendadas sugestões para a adequação.

Em 23 de maio de 2012, foi realizada reunião no Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto, com o Padre José Eudes Campos do Nascimento e a Procuradora Geral do Município de Ouro Preto, Dra. Juliana Pires de Souza, com o objetivo de discutir a situação das imagens de valor cultural existentes na Capela de Santo Antônio do Salto e a necessidade de adequação do espaço de exposição, incluindo a colaboração de instituições parceiras. Na ocasião também foi repassado ao Padre as medidas de segurança sugeridas pelo Núcleo de Segurança do Ministério Público com o propósito de avaliar a viabilidade de executar as medidas propostas, dentro das condições financeiras da paróquia.

Em 28 de maio de 2012 o Ministério Público, Promotoria de Ouro Preto, oficiou o Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, em Ouro Preto, para que elaborasse projeto de estrutura necessária para alocação das peças sacras no interior da Capela de procedência. Em 07 de junho do mesmo ano o Coordenador do Curso retornou afirmando necessitar de maiores esclarecimentos e informações sobre as peças mencionadas e os requisitos para a sua exposição e proteção. Diante do exposto, a Promotoria de Justiça enviou, em 20 de junho de 2012, cópia do inventário do acervo da Capela, ressaltando que uma das imagens é de possível autoria de Aleijadinho. Após, não consta no Inquérito e/ou Procedimento - referenciados no



cabeçalho deste trabalho técnico – retorno da FAOP.

Na data de 24 de abril de 2017 a Promotoria de Justiça de Ouro Preto enviou o Inquérito Civil a esta Coordenadoria para análise técnica, bem como atuação conjunta visando a adoção de medidas para a resolução do feito. Em 30 de agosto daquele mesmo ano a Coordenadoria requisitou à Prefeitura Municipal de Ouro Preto informações sobre a possibilidade de auxílio quanto ao reforço na segurança da Capela. Em mesma data requisitou-se à Arquidiocese de Mariana informações sobre se houve apresentação de Projeto de Prevenção de Incêndio e Pânico para a Igreja, se foi executado, bem como se o imóvel conta com AVCB. Requisitou, ainda, que fosse informado sobre a possibilidade de reforço no sistema de segurança, conforme sugerido no relatório de vistoria técnica do Núcleo de Segurança do Ministério Público.

Em 23 de outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, através da Secretaria de Cultura e Patrimônio, encaminhou ofício a esta Coordenadoria informando que até aquele momento a Secretaria não possuía aporte financeiro para auxiliar nas medidas necessárias de reforço da segurança da Capela de Santo Antônio do Salto. Acrescentou, ainda, que a Igreja possui bens móveis inventariados pelo Município. Em 09 de janeiro de 2018 a Administração Municipal de Ouro Preto reiterou que, em razão da Guarda Civil Municipal se encontrar com um número reduzido de agentes, estava impossibilitada de atender novas demandas – quanto ao incremento do reforço na segurança da Capela.

Na data de 01 de março de 2018, o Cônego Luiz Carlos César Ferreira Carneiro, Ecônomo e administrador patrimonial da Arquidiocese de Mariana, encaminhou ofício à esta Coordenadoria informando que haviam sido realizados os seguintes procedimentos referentes à Capela de Santo Antônio do Santo abaixo descritos:

- Elaboração e execução do projeto de Prevenção de Incêndio e Pânico pela empresa Malleo Engenharia, contratada pela Paróquia. Aguardava-se a vistoria do Corpo de Bombeiros para emissão do AVCB, a solicitação já havia sido protocolada;
- Realização do inventário de todas as peças sacras, documentação anexa ao ofício;
- Confecção de estante de madeira e vidro para ficar na sacristia com o objetivo de guardar as imagens;
- Reestabelecimento do sistema de alarme que estava desativado.



Em 10 de maio de 2018, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, encaminhou cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) referente à Capela de Santo Antônio do Salto, certificando que o templo possui as medidas de segurança exigidas. O auto foi emitido em 06/03/18 com validade até 06/03/2021. Ou seja, os problemas encontrados em 24 de fevereiro de 2010, pela Corporação, foram sanados.

Ante ao exposto, este setor técnico procedeu a análise que se segue.

5. Análise Técnica:

A Igreja de Santo Antônio encontra-se edificada na Praça Santo Antônio, s/nº, Distrito de Santo Antônio do Salto, Ouro Preto – MG. A partir de pesquisas realizadas junto ao domínio virtual do IEPHA e da Administração Municipal de Ouro Preto, verificou-se que este templo não possui proteção por tombamento ou inventário.



Figura 1 – Localização do Distrito de Santo Antônio do Salto em relação à Sede do Município de Ouro Preto. Fonte: googlemaps.





Figura 2 – Praça Santo Antônio. Fonte: googlemaps.

Parte de seu acervo, contudo, foi inventariado pelo município (2008), conforme se extrai-se do ofício enviado pelo Conselho Municipal de Ouro Preto, em 10 de agosto de 2009. Tratam-se das seguintes peças:

- 1 Imagem de Nossa Senhora da Guia;
- 1 Imagem de Santo Antônio;
- 1 Imagem de Nossa Senhora da Conceição;
- 1 Imagem de São José;
- 1 Imagem de São Francisco de Assis;
- 1 Imagem Senhor dos Passos;
- 2 Crucifixos;
- 1 Andor;
- 1 Sino.

Para além, consta no documento citado informações mais detalhadas acerca de uma das peças. Trata-se da “Nossa Senhora da Guia”. O ofício cita o relatório de restauro da escultura elaborado pelo Grupo Oficina de Restauro, o qual informa que apesar de ausência de documentação que comprove a autoria como sendo do Mestre Aleijadinho, análises comparativas com outras obras do autor possibilitou que fosse possível atribuí-la a ele. Citou-se um anjo tocheiro de 1,72m, parte do acervo do Museu da Inconfidência, pertencente à igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, datado do terceiro quartel do século XVIII. Defendeu-se que esta peça possui traços anatômicos idênticos ao da



Nossa Senhora da Guia.

Na documentação encaminhada, anexa ao ofício, ainda é possível encontrar informações de outra peça integrante do acervo do templo religiosos em questão. Depreende-se do IPAC do ano de 2008, tópico destinado ao histórico da Capela de Santo Antônio, que a imagem de mesma invocação do templo é atribuída ao Mestre Piranga. Descreve-se que a imagem é feita de madeira e afirma-se que foi deixada na Capela da Fazenda do Salto por uma das poucas caravanas de tropeiros que passavam em direção à Vila Rica. Ou seja, também se configura como um bem de destaque entre os bens móveis e integrados da Igreja de Santo Antônio.

Em 01 de março de 2018 o Cônego Luiz Carlos César Ferreira Carneiro encaminhou, anexo ao ofício que remeteu a esta Coordenadoria, o inventário de todas as peças sacras vinculadas à Capela de Santo Antônio (feito em 2017). Importante ressaltar que se trata de um inventário elaborado pela Arquidiocese de Mariana. Consta neste levantamento peças que não apareceram no inventário do município. Quais sejam:

- 1 Crucifixo do altar;
- 1 Cruz de Procissão;
- 1 Imagem do Sagrado Coração de Jesus;
- 1 Imagem do Bom Jesus;
- 1 Imagem de Nossa Senhora Aparecida;
- 1 Imagem de São Sebastião;
- 1 Imagem de São Francisco de Assis;
- 1 Imagem de Nossa Senhora das Graças;
- Imagens de Santos;
- 1 Oratório de São João Batista;
- 1 Oratório de Santa Efigênia;
- 1 Sacrário;
- Missal;
- 5 Ambulas;
- 3 Cálices;
- 4 Patenas;
- 1 Turíbulo;
- 1 Naveta;
- 1 Sino (carrilhão);
- 1 Sino;
- 6 Arandelas;



- 3 Castiçais;
- 2 Mesas do altar;
- 6 Andores;
- 14 Quadros da Via Crucis.

As peças formalmente protegidas pelo inventário são as mencionada no IPAC do município de Ouro Preto, apresentadas no ofício de 10 de agosto de 2009.

Contudo, por sua natureza especial, todos os bens sacros móveis e integrados existentes no templo encontram-se resguardados.

Posto que os inventários consultados possuem um intervalo de quase 10 anos de execução de um para o outro, vislumbrou-se a possibilidade de verificar se as peças tiveram alterações significativas em seu estado de conservação.

Entretanto, para a amostragem pretendida, serão considerados na tabela abaixo apenas os bens que aparecem em ambos levantamentos.

Estado de Conservação		
Designação	2008	2017
Nossa Senhora da Guia	Bom	Bom
Santo Antônio	Regular	Bom
Nossa Senhora da Conceição	Ruim	Bom
São José	Ruim	Bom
Senhor dos Passos	Razoável	Bom
Crucifixo com base de calvário.	Bom	Bom
Andor	Bom	Bom
Sino	Descascando (sic)	Bom

De acordo com o que se pode observar, embora a análise tenha sido feita com uma pequena quantidade de itens do acervo, **é possível averiguar que os bens não se encontram com graves deteriorações aparentes.**

Ante ao exposto, se mostra premente a questão do acondicionamento e da segurança das peças, de modo mais especial, no que tange a escultura de Nossa Senhora da Guia – pelos motivos já expostos. Acerca desta peça, por mais de uma vez, mencionou-se estar guardada no armário da Sacristia.



Em novembro de 2011 a Promotoria de Justiça de Ouro Preto solicitou à COPLI – Coordenadoria de Planejamento Institucional, que realizasse vistoria na Capela do Distrito de Santo Antônio do Salto. A diligência teria como objetivo avaliar as condições de segurança do local, bem como determinar as medidas necessárias à conservação e exposição ao público da imagem de Nossa Senhora da Guia. Depreende-se da “Avaliação Técnica de Segurança em Edificação Histórica”, realizada em 2012, que as condições estruturais do templo se encontravam em bom estado de conservação e utilização e que necessitava de Sistema de Prevenção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

Quanto a segurança da edificação, constatou-se, entre outras coisas, que as portas são trancadas por trincos com fechadura e reforçadas com cadeado; que a localização da Capela, em área residencial, no centro da praça principal, dificulta a ação de meliantes; que a iluminação pública é satisfatória e contribui pra inibição da ocorrência de arrombamentos e furtos, que não há histórico de tentativa de roubo na Capela, mas que o local - onde ficam guardadas as peças sacras - não possui barreira de segurança. Por fim, o relatório recomenda que:

- Seja elaborado Projeto de Combate a Incêndio e Pânico de acordo com a legislação vigente a as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros;
- Contratação de empresa de segurança eletrônica para implementação de Circuito Fechado de TV (CFTV);
- Instalação de grades de proteção nas janelas;
- Instalação de duas portas reforçadas nas entradas existentes atrás do altar, que dão acesso ao local onde ficam guardadas as peças sacras;
- Instalação de redomas de vidro temperado no interior da dala atrás do altar, para exposição e guarda das peças de valor histórico;
- Inventário das peças.

Abaixo algumas imagens contidas no laudo.





Figura 1 – Fachada frontal da Capela.
Fonte: COPLI-MGPMG.

As sugestões feitas foram evidenciadas nas fotografias:



Figura 2 – Instalar portas reforçadas nestes
vãos.
Fonte: COPLI-MGPMG.



Figura 3 – Instalar redoma de vidro para
exposição das peças sacras nesta sala.
Fonte: COPLI-MGPMG.



Figura 4 – Instalar grade nas janelas laterais
próximas ao altar.
Fonte: COPLI-MGPMG.

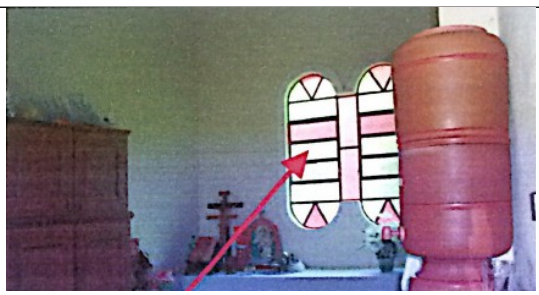
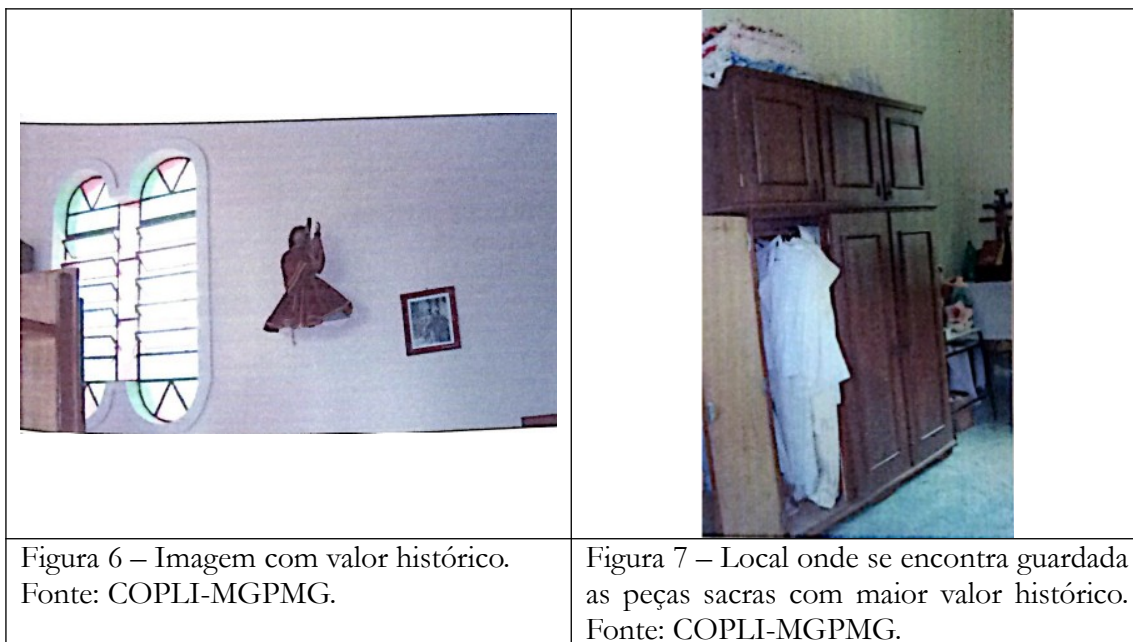


Figura 5 - Instalar grade nas janelas laterais
próximas ao altar.
Fonte: COPLI-MGPMG.





A partir da avaliação feita pelo COPLI-MP requisitou-se à Prefeitura Municipal de Ouro Preto à Arquidiocese de Mariana informações sobre a possibilidade de auxílio quanto ao reforço na segurança da Capela. Para esta última também se requisitou informações sobre PPCIP e AVCB.

Em 2017 e 2018 a Prefeitura Municipal de Ouro Preto informou que não possuía aporte financeiro para auxiliar nas medidas necessárias de reforço da segurança da Capela de Santo Antônio do Salto e, ainda, que em razão da Guarda Civil Municipal se encontrar com um número reduzido de agentes, estava impossibilitada de atender novas demandas. A Arquidiocese, por sua vez, informou que aguardava vistoria do Corpo de Bombeiros para emissão do AVCB – o que foi concedido em 06/03/18 com validade até 06/03/2021. Ademais, afirmou-se sobre a realização do inventário de todas as peças sacras, confecção de estante de madeira e vidro para ficar na sacristia com o objetivo de guardar as imagens, reestabelecimento do sistema de alarme que estava desativado.

Assim sendo, se forem observadas as sugestões feitas pelo COPLI, ainda ficaram pendentes, por não terem sido comprovadas, a implementação de Sistema de Prevenção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e de Circuito Fechado de TV (CFTV). Instalação de grades de proteção nas janelas e instalação de duas portas reforçadas nas entradas existentes atrás do altar, que dão acesso ao local onde ficam guardadas as peças sacras. Destaca-se não ter sido informado quais peças foram dispostas nesta estante, por exemplo, se a Nossa Senhora da Guia estava entre elas. Portanto, não ficou claro qual o contexto de acondicionamento da escultura de Nossa Senhora da Guia e outras peças.



Este setor técnico acrescenta - sobre a estante de madeira - que o mais adequado é que seja de metal, de forma que não esteja sujeita a ataques de insetos xilófagos e, conseqüentemente, seja o vetor de infestação das peças nela acondicionadas.

Conforme foi apresentado na contextualização deste trabalho técnico, em maio de 2012, foi realizada reunião no Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto para tratar especificamente sobre o acondicionamento, proteção adequada e exposição das imagens de valor cultural existentes na Igreja de Santo Antônio. Naquela ocasião a Procuradora manifestou possibilidade de a Prefeitura Municipal fornecer apoio, desde que respeitada a questão orçamentária. Ficou acordado que seriam oficiados a FAOP e o IFMG, para que analisassem a possibilidade de elaboração do projeto e do orçamento da estrutura necessária para abrigar as peças. Após seria avaliada a necessidade de participação de outros órgãos, ou até mesmo se o município poderia arcar isoladamente com os custos da operação.

A FAOP, de fato, foi oficiada tendo respondido precisar de mais esclarecimentos para elaborar o projeto. Ao que consta, foi enviada cópia do inventário do acervo da Igreja de Santo Antônio. Após, não houve retorno da FAOP. Portanto, o projeto não foi apresentado o que impossibilita análise a este respeito.

6. Fundamentação:

Os bens pertencentes a templos religiosos de culto coletivo, datados de antes do fim do período monárquico, **integram uma categoria de objetos que está sujeita a um regime específico.** Durante o Padroado (união entre Estado e Igreja) vigiam as “leis de mão-morta”, que se referindo às ordens religiosas, igrejas, conventos, mosteiros, misericórdias, impunham a proibição de adquirir, possuir, por qualquer título, e de alienar bens, sem preceder especial licença do governo civil.

Tais determinações esteavam-se na circunstância de que aqueles bens estavam isentos dos tributos e encargos civis e subtraídos ao giro da circulação, como inalienáveis. Portanto, estavam como mortos para os usos da sociedade civil e para as rendas do tesouro público. **Assim, as edificações da época colonial e os seus elementos integrados são bens de mão-morta não podendo ser alienados. Constituem-se em patrimônio inalienável, fora do comércio, insuscetíveis de apropriação por terceiros.**

Soma-se o Decreto nº 7.107/2010 que “Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008”. O artigo 6 prevê:



Art. 6º: As Altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiais, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.

§ 1º A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiais mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.

§ 2º A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da cautela dos arquivos (grifo nosso).

Para além, a Constituição Federal impõe ao Ministério Público, ao Poder Público e à sociedade responsabilidade no sentido de defender, promover e preservar o Patrimônio Cultural brasileiro (artigos 23; III, 30, IX; 127, caput, 129, III; 216. § 1º e 225), o qual o patrimônio sacro se inclui;

O art. 23. IV, da Constituição Federal dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

Ou seja, não resta dúvidas de que a natureza dos bens sacros, por si só, os distingue como dignos de serem **salvaguardados, valorizados, promovidos e fruídos, devendo ser protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, independentemente se são inventariados ou tombados.**

Não obstante, tem-se que parte do acervo que integra a Igreja de Santo Antônio, no Distrito de Santo Antônio do Salto – Ouro Preto/MG, foi inventariado pelo município em 2008. Possui, portanto, interesse público, estando sujeito ao regime jurídico da Constituição de 1988.

No que diz respeito ao inventário cabe apresentar alguns esclarecimentos sobre as implicações que este ato protetivo traz para sobre o bem. Segundo afirma o Promotor de Justiça Marcos Paulo Miranda em “*Inventário é instrumento constitucional de proteção de bens culturais*”¹, o inventário é um dos mais antigos tipos de proteção cultural em nível internacional.

1MIRANDA, Marcos Paulo. Inventário é instrumento constitucional de proteção de bens culturais. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-nov-10/ambiente-juridico-inventario-instrumento-constitucional-protecao-bens-culturais>. Acesso em: abril 2020.



Conforme a Lei de Bases do Patrimônio Cultural – Lei 107/2001, destacada pelo autor, tem-se no ordenamento jurídico de Portugal que:

1. Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados estão especificamente adstritos aos seguintes deveres:
 - a. Facilitar à administração do patrimônio cultural a informação que resulte necessária para execução da presente lei;
 - b. Conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração;**
 - c. Adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação (grifo nosso).**

O inventário é, de acordo com o Promotor de Justiça, autônomo no âmbito da proteção dos bens culturais com ditames jurídicos próprios sem precisar do aporte do instituto do tombamento, consistindo na identificação e registro, por meio de pesquisa e levantamento de dados, realizados por profissionais da área referente ao bem em processo de inventariação. Miranda completa esclarecendo que as informações a respeito do bem são registradas em fichas que se atêm à descrição sucinta do objeto de estudo (características físicas, histórico, estado de conservação, proprietário), assim como sua importância cultural para tal comunidade. Posto isso, o inventário possui natureza jurídica de ato administrativo declaratório por parte do poder público que busca o acautelamento e a preservação do bem cultural. Na Constituição Federal de 1988, fica declarado a ação desse instituto (art. 216, § 1º).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O bem inventariado passa a ser de interesse público estando sujeito a regimes jurídicos e de poder de polícia e **ficando a cargo do órgão competente sua preservação**. Importa destacar que a inventariação de um bem cultural se mostra como uma medida administrativa



rápida e eficiente, principalmente em casos urgentes, para a manutenção, conservação e proteção de um bem.

Para o fechamento das considerações pretendidas nesta Nota Técnica é considerável apresentar um importante ponto também abordado pelo Promotor de Justiça. Esclareceu que a avaliação da necessidade de obras de manutenção ou restauração é uma **obrigação permanente do órgão competente, que tem o dever de vigilância sobre a coisa inventariada, adotando, por consequência, as medidas necessárias para se evitar a degradação do bem protegido.** Prevista no parágrafo 1º do art. 216 da CF/88 como um dos instrumentos de defesa do patrimônio cultural, a vigilância é uma das formas mais visíveis de manifestação do poder de polícia.

Este artigo impõe ao órgão competente a responsabilidade pelo exercício de vigilância permanente sobre os bens inventariados. Essa vigilância tem por objetivo prevenir a ocorrência de danos ou surgimento de ameaças ao bem cultural protegido, podendo ser excedida mediante a instalação de equipamentos de segurança (sistemas de prevenção de furtos, incêndio, etc), inspeções técnicas periódicas e uso adequado de materiais e equipamentos de conservação.

Infere-se no conceito de vigilância, cujo dever é atribuído ao órgão competente, a prévia aprovação de projetos de restauro e intervenção em bens inventariados por profissional especializado, bem como o apanhamento da execução e liberação final desses projetos. **Ao poder de fiscalizar corresponde obrigação de o administrado suportar a verificação administrativa e de colaborar com ela.**

7. Conclusões e Sugestões:

Considerando que a natureza dos bens sacros, por si só, os distingue como dignos de serem salvaguardados, valorizados, promovidos e fruídos, devendo ser protegidos;

Considerando que parte do acervo que integra a Igreja de Santo Antônio, no Distrito de Santo Antônio do Salto – Ouro Preto/MG, está formalmente protegido por ter sido inventariado pelo município em 2008;

Considerando que tanto a Igreja, como proprietária, quanto o município, como órgão tombador, têm responsabilidade sobre os bens;

Considerando que o órgão competente tem responsabilidade de exercer vigilância permanente sobre os bens inventariados;

Considerando que a Igreja de Santo Antônio é edificação religiosa de construção recente, sobre a qual não recai nenhum tipo de proteção;



Considerando que o PPCIP da Igreja de Santo Antônio foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros, tendo concedido o AVCB em 06/03/18 com validade até 06/03/2021. Portanto o templo encontra-se resguardado no que diz respeito à Incêndio e Pânico;

Considerando a informação de que o sistema de alarme do templo, que estava desativado, foi reestabelecido;

Considerando o afirmado pela COPLI – Coordenadoria de Planejamento Institucional – de que as portas do templo são trancadas por trincos com fechadura e reforçadas com cadeado; que a localização da Capela, em área residencial, no centro da praça principal, dificulta a ação de meliantes; que a iluminação pública é satisfatória e contribui pra inibição da ocorrência de arrombamentos e furtos e que não há histórico de tentativa de roubo na Capela, não há necessidade de adoção de medidas complementares quanto a estes aspectos. Salvo se tiverem se alterado, devendo ser reestabelecidos o quanto antes;

Considerando que há medidas de segurança, sugeridas pelo COPLI, que ainda estão pendentes de implementação, e que esta situação deixa o acervo vulnerável;

Considerando a possibilidade de uma das peças ser de fatura do Mestre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, de acordo com estudos e levantamentos feitos por conservadores-restauradores.

Sugere-se:

- Que o município como órgão protetor, com a intenção de prevenir a ocorrência de danos ou surgimento de ameaças aos bens móveis protegidos, se utilize dos recursos recebidos a título de ICMS Cultural para colaborar – junto à Arquidiocese – para:
 - A instalação Circuito Fechado de TV (CFTV). Neste aspecto, mostra-se relevante que o Circuito esteja interligado ao Sistema de Alarme existente, bem como que as imagens capturadas pelas câmeras instaladas no local sejam transmitidas pela internet, a fim de que possam ser monitoradas à distância;
 - A implementação de Sistema de Prevenção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
 - Instalação de grades de proteção nas janelas e instalação de duas portas reforçadas nas entradas existentes atrás do altar, que dão acesso ao local onde ficam guardadas as peças sacras, conforme sugerido pelo COPLI. Embora o templo não seja protegido, sugere-se que o Conselho se manifeste acerca da escolha dos materiais a serem instalados. Os elementos devem garantir a



segurança necessária, mas também se harmonizar com o interior do templo – não chamando a atenção para si;

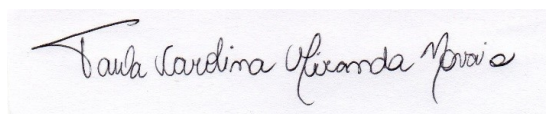
- Que seja esclarecido quais peças foram acondicionadas na estante de madeira e vidro depositada na sacristia, bem como se a escultura de Nossa Senhora da Guia está entre elas;
- Que a estante mencionada, seja substituída por uma estante de metal, vedada por vidro. A estante de metal não está sujeita a ataques de insetos xilófagos e, conseqüentemente, não se configura como um vetor de infestação das peças nela acondicionadas. Na impossibilidade de substituição, que o móvel passe por rotina de desinfestação periódica;
- Que até a situação de segurança do templo seja incrementada, conforme as sugestões anteriores, que a escultura de Nossa Senhora da Guia, dada sua importância, seja depositada junto ao Museu Aleijadinho, conforme acordado em reunião de 16 de outubro de 2009. Esta questão deve ser discutida entre a Arquidiocese, comunidade paroquial e Conselho do Patrimônio Cultural. Não deve ser dada publicidade sobre o motivo, de forma a evitar que as atenções se voltem para a peça e conseqüentemente se torne alvo de furto ou roubo. Deve ser observado o recomendado na “Carta de Santos”, redigida como documento conclusivo do II Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado nos dias 23 e 24 de setembro de 2004, em Santos – SP, que resolve:

12. Os bens culturais não devem ser retirados do meio onde foram produzidos ou do local onde se encontram vinculados por razões naturais, históricas, artísticas ou sentimentais, salvo para evitar o seu perecimento ou degradação, devendo ser reintegrado ao seu espaço original tão logo superadas as adversidades.

8. Encerramento:

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2020.



Paula Carolina Miranda Novais
Ministério Público – MAMP 4937
Historiadora especialista em Cultura e Arte
Conservadora-Restauradora

